



## **CARTA POLÍTICA DO VII ENCONTRO E FEIRA DOS POVOS DO CERRADO BRASÍLIA/DF - SETEMBRO/2012**

Com o propósito de renovar o compromisso político e a aliança dos Povos e Comunidades Tradicionais do Cerrado na defesa do **desenvolvimento sustentável do bioma Cerrado**, reuniram-se em Brasília/DF, entre os dias 12 e 16 de setembro de 2012, mais de 900 representantes e lideranças de Povos e Comunidades Tradicionais dos estados de Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Bahia, Goiás, Distrito Federal, São Paulo, Maranhão, Tocantins, Piauí e Pará para a realização do VII Encontro e Feira dos Povos do Cerrado.

O Encontro propiciou o intercâmbio entre geraizeiros(as), vazanteiros(as), comunidades de fundos e fechos de pasto, indígenas, ribeirinhos(as), quilombolas, quebradeiras de coco, raizeiros(as), agricultores(as) familiares e organizações não governamentais (ONGs) dos diversos estados de ocorrência do bioma Cerrado, tendo em vista o desafio das comunidades pela garantia de seus direitos territoriais, ambientais, culturais e econômicos. Além da Feira de Produtos da Sociobiodiversidade, os espaços de discussão buscaram avaliar o progresso e resultados das ações e políticas públicas voltadas para o bioma Cerrado e seus povos e comunidades tradicionais, bem como discutir temas novos e emergentes.

O Tratado dos Cerrados, elaborado e aprovado pelas entidades civis participantes da Conferência Rio 92, deu maior visibilidade à importância do Cerrado brasileiro como o 2º maior bioma do país (24% do território nacional), que constitui a cumeieira do Brasil e da América do Sul, distribuindo significativa quantidade de água para as principais bacias hidrográficas do continente e exercendo um papel fundamental para a manutenção e equilíbrio dos demais biomas. Diversas espécies animais e vegetais estão ameaçadas de extinção, e estima-se que 20% das espécies ameaçadas ou endêmicas não ocorram nas áreas legalmente protegidas. Estudos demonstram que mudanças na cobertura vegetal alteram a hidrologia e afetam a dinâmica e os estoques de carbono nos ecossistemas. A degradação do Cerrado implica, desta forma, em alterações também nos ecossistemas da Amazônia, do Pantanal, da Mata Atlântica e da Caatinga, com os quais faz limite.

Nas últimas quatro décadas, mais da metade dos seus 2 milhões de km<sup>2</sup> originais foram transformados em grandes monocultivos de grãos, pastos, eucalipto e pinus, dentre outros. Este processo de ocupação está baseado na utilização de pacotes tecnológicos com alto uso de insumos externos, adubos químicos, agrotóxicos e sementes híbridas. Mais recentemente, a expansão dos transgênicos ameaça extinguir de vez as variedades tradicionais e crioulas. Como resultado, o Brasil é hoje o maior consumidor mundial de agrotóxicos, utilizando em larga escala diversas substâncias já proibidas em outros países. Soma-se a isto a construção de grandes barramentos para geração de energia elétrica e as atividades de mineração com grandes impactos ambientais e sociais, com aprofundamento da concentração de terras e expulsão dos Povos e Comunidades Tradicionais de seus territórios originais, desestruturando suas formas de produção e reprodução social.

O desmatamento e os incêndios descontrolados estão entre as principais fontes de emissão de gases de efeito estufa no Brasil. Neste contexto, o Cerrado assume um papel significativo visto que a taxa de desmatamento no bioma é superior às dos demais biomas do país. Apesar do desmatamento no Cerrado ser superior ao da floresta amazônica, o esforço para sua conservação é muito inferior.

Atualmente, os remanescentes de Cerrado brasileiro encontram-se ameaçados por novas investidas do agronegócio, instalação de grandes projetos de irrigação e de mineração, como no Oeste Baiano e nos estados do Maranhão, Minas Gerais e Piauí. A demanda por melhorias de infraestrutura para baratear os custos de transporte da safra agrícola deverá impactar ainda mais o bioma.



Estas ações vêm contribuindo para a redução da biodiversidade (muito ainda desconhecida), a degradação dos solos, a expansão das áreas em processo de desertificação, a poluição e contaminação das águas, plantas, animais e seres humanos, e a desagregação das comunidades locais em seus valores culturais, usos, costumes e simbologia.

É de grande relevância reforçar que conquistamos importantes avanços em algumas proposições apresentadas no Tratado dos Cerrados, como, por exemplo, a maior participação da sociedade nos espaços de planejamento e avaliação de políticas e direitos dos povos e comunidades tradicionais, e a criação e implementação de políticas públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-BIO), que vem beneficiando significativamente produtores agroextrativistas. No campo da articulação da sociedade civil, foi constituída a Rede Cerrado como grupo de organizações e movimentos sociais do Cerrado visando uma ação conjunta para a defesa do bioma e de seus povos, agregando coletivos como a Articulação Pacari de Plantas Medicinais, o Núcleo de Agroecologia do Cerrado (NACE), o Movimento de Mulheres Quebradeiras do Coco Babaçu (MIQCB), a Mobilização dos Povos Indígenas do Cerrado (MOPIC) e a Central do Cerrado.

No entanto, caminhamos a passos extremamente curtos em outros planos e proposições fundamentais. Vimos poucos avanços em relação às mudanças da visão cultural institucionalizada de que o Cerrado não oferece recursos para nossa sobrevivência, a não ser por meio do modelo de produção vigente no campo baseado no agronegócio. A criação e implementação de unidades de conservação no bioma estão paradas há anos, e hoje apenas 2,8% da área do Cerrado encontram-se legalmente protegidos na forma de unidades de conservação de proteção integral e 5,3% na forma de unidades de conservação de uso sustentável (sendo quase a totalidade de APAs, que não apresentam instrumentos efetivos de proteção). O Programa Cerrado Sustentável, criado em 2003, sob responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente, também está parado e não conta com recursos para sua implementação. Além disso, a situação é extremamente crítica no tocante à demarcação de terras indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, que tem o território como base indispensável à sua existência, e que tem tido suas demandas negligenciadas pelo Governo Federal. A grilagem de terras de comunidades tradicionais e as ameaças e assassinatos de suas lideranças se mantêm como práticas constantes, mas que têm se mantido como problemas invisíveis para as autoridades. No âmbito da agricultura familiar, a paralisação da reforma agrária e da redistribuição de terra no país têm reforçado seus efeitos perversos sobre a situação social no campo e nas periferias das grandes cidades.

Além disso, apesar das diversas investidas, ainda não temos o reconhecimento do bioma Cerrado como patrimônio nacional, alcançando o mesmo status da Amazônia, Pantanal e Mata Atlântica. Praticamente inexitem ações e programas de reflorestamento com espécies nativas, recuperação de áreas degradadas e dos recursos hídricos, ao passo que a promoção de extensas monoculturas de eucalipto vem recebendo fortes incentivos, apoiada pela bancada ruralista organizada no parlamento brasileiro.

Decisões que impactam a sustentabilidade do Cerrados são tomadas muitas vezes longe dos locais onde as alterações e mudanças são sentidas de imediato, como nos territórios de Povos e Comunidades Tradicionais, favorecendo interesses privados e negligenciando as diversas dimensões da sustentabilidade (econômica, social, cultural e ambiental).

Não podemos nos limitar às proposições da Agricultura de Baixo Carbono, da produção pecuária do Boi Verde e da produção siderúrgica dos Tubos Verdes, que mantêm um modelo excludente, concentrador e degradante.

Desta forma, Povos e Comunidades Tradicionais reunidos durante o VII Encontro e Feira dos Povos do Cerrado reforçam os seguintes posicionamentos e propostas.



## **Segurança territorial de povos e comunidades tradicionais**

- Revogação imediata da Portaria 303 da Advocacia Geral da União, de 16 de julho de 2012, que dispõe sobre as salvaguardas institucionais às terras indígenas (TIs);
- Suspensão da tramitação da PEC 215, que transfere a competência da demarcação e homologação de terras indígenas, quilombolas e áreas de conservação ambiental do Poder Executivo para o Congresso Nacional;
- Proteção efetiva às lideranças comunitárias ameaçadas de morte e julgamento dos responsáveis;
- Implementação imediata da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas – PNGATI;
- Implementação de mosaicos de áreas protegidas, pelo Governo Federal, em parceria com governos estaduais e municipais, visando a gestão territorial integrada de terras indígenas, terras quilombolas e unidades de conservação;
- Reconhecimento e demarcação do território das comunidades tradicionais, com prioridade para o caso de grupos ameaçados, como ocorre no território tradicional das comunidades geraizeiras de Formosa do Rio Preto (BA), na região do Alto Rio Preto e Alto Rio Sapão, que se encontra invadido por fazendeiros, e de Ponte de Mateus, no município de São Desidério (BA);
- Agilidade no processo de reconhecimento, demarcação e homologação dos territórios quilombolas, como no caso do quilombo de Brejo dos Crioulos (São João da Ponte – MG);
- Agilidade no processo de elaboração participativa do Zoneamento Ecológico-Econômico do Cerrado, considerando o papel dos Povos e Comunidades Tradicionais na proteção de áreas naturais, na geração de renda e seus direitos a território;
- Retomada imediata, pela FUNAI, dos processos de identificação e revisão de limites das terras indígenas (TIs) do Cerrado, com prioridade para as terras dos Guarani-Kaiowa (MS);
- Regularização fundiária e homologação de TIs já demarcadas no bioma Cerrado;
- Desintrusão das TIs ocupadas por não indígenas, como é o caso da TI Xavante Marawaitse (São Felix do Araguaia - MT), que já conta com determinações legais orientando a desintrusão, e da TI Bororo Jarudori (Poxoréu – MT);
- Viabilização pelo Governo Federal da participação de representantes indígenas, quilombolas e de comunidades tradicionais nos Comitês de Bacia Hidrográfica situados no Cerrado, de forma a viabilizar o controle social da política de uso da água;
- Atendimento às reivindicações de povos e comunidades tradicionais de criação de reservas extrativistas (RESEX) e de desenvolvimento sustentável (RDS), como é o caso da Resex Areião / Vale do Guará, na região do Alto Rio Pardo, no norte de Minas Gerais; da RDS Pau Preto e da recategorização do Parque Estadual da Lagoa do Cajueiro (ambos em Matias Cardoso – MG);
- Criação de Grupos de Trabalhos, com participação expressiva das comunidades envolvidas, no caso de sobreposição de Unidades de Conservação e territórios de comunidades tradicionais, para discussão e construção de mecanismos de convivência, como no caso do conflito existente no Parque Nacional das Sempre-Vivas (MG);
- Regularização fundiária de unidades de conservação de proteção integral e de uso sustentável, como é o caso da RESEX Mata Grande (MA);



## **Produção agroextrativista**

No campo da produção agroextrativista, há inúmeros desafios a serem superados, onde se destacam um marco regulatório inadequado para a realidade dos grupos comunitários (do ponto de vista fiscal, trabalhista, sanitário, entre outros), dificuldades para planejamento, transporte e comercialização da produção familiar/comunitária e de acesso à Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP). Além disso, as capacitações realizadas pelo Sistema S (SESC, SENAC, SENAI, SEST) formam mão de obra para atender as demandas da indústria e do comércio, e não contemplam a realidade das organizações de base comunitária.

Melhorar a qualidade de vida das populações do campo pressupõe, portanto, estratégias que viabilizem a superação destes gargalos. Para isso, é necessário:

- Rever o marco legal para a agricultura familiar e extrativismo, de forma a facilitar a regularização dos empreendimentos comunitários que atuam com produtos da sociobiodiversidade, reconhecendo os modos de produção tradicionais;
- Regulamentar o Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário e fortalecer os sistemas participativos de garantia para verificação de conformidades;
- Ampliar e qualificar a rede de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) nos municípios para atuação nas cadeias de produtos agroextrativistas, adaptada ao contexto da agricultura familiar e das populações tradicionais;
- Facilitar o acesso à DAP pelos assentados de reforma agrária (com emissão automática no momento do assentamento, por exemplo) e fiscalizar os órgãos emissores da declaração;
- Ampliar os incentivos para o acesso das mulheres aos programas governamentais;
- Incentivar a construção de agroindústrias comunitárias por meio de linhas de financiamento simplificadas ou outros mecanismos de estímulo;
- Aumentar os limites de quantidade e tipos de produtos contemplados no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA);
- Ampliar recursos para o fortalecimento do PAA através da CONAB e criar novos mecanismos de acesso ao Programa por meio da descentralização de recursos para estados e municípios;
- Adequar programas de capacitação de governo e do sistema S para atender as demandas de formação das comunidades tradicionais em boas práticas para o extrativismo, agroecologia, beneficiamento de produtos, organização institucional, economia solidária, entre outras;
- Promover a desoneração tributária para os produtos da sociobiodiversidade;
- Adequar o marco regulatório do cooperativismo no Brasil, de forma que contemple a diferenciação das cooperativas da agricultura familiar e da economia solidária das cooperativas de caráter empresarial, e que garanta a liberdade de organização e representação das cooperativas.

## **Medicina popular**

As práticas de raizeiros(as), benzedeiros e parteiras estão associadas ao seu modo de vida tradicional e vêm se reproduzindo há muitas gerações, atendendo comunidades que muitas vezes não tem acesso a nenhum outro tipo de tratamento de saúde. Reivindicamos:

- O fim da perseguição àqueles que trabalham com plantas medicinais e o reconhecimento do direito destes grupos à prática da medicina popular;
- A definição das normas de auto-regulação para a atividade das farmacinhas comunitárias;
- O reconhecimento do ofício de raizeiros(as) do Cerrado como patrimônio cultural imaterial do Brasil.



### **Acesso a recursos genéticos e repartição de benefícios**

Em relação aos processos de acesso a recursos genéticos e repartição de benefícios, reivindicamos:

- Maior agilidade na tramitação dos processos no Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN);
- Ampliação da participação dos povos e comunidades tradicionais na elaboração do projeto de lei sobre recursos genéticos, conhecimentos tradicionais e repartição de benefícios, nas discussões de normas internacionais e do CGEN;
- Criação de mecanismos para que as comunidades possam se informar e se capacitar para negociar a repartição de benefícios, no caso de fornecimento de produtos da sociobiodiversidade para comercialização por empresas;

### **Unidades de conservação**

É urgente a regularização fundiária das unidades de conservação já implantadas e a criação de novas áreas protegidas no Cerrado.

Neste contexto, no caso de existência de povos e comunidades tradicionais nestas áreas, é fundamental o respeito a sua história e tradição. A falta de sensibilidade do poder público para tais questões acaba por criminalizar os povos do campo, que tem seus modos de vida inviabilizados por não poderem mais acessar os recursos naturais essenciais à sua reprodução. Isto cria uma perversa oposição entre Povos e Comunidades Tradicionais e órgãos governamentais de gestão ambiental, sendo que estes são e devem permanecer aliados na conservação e uso sustentável de recursos naturais.

### **Pesquisa e comunidades**

No meio acadêmico, os participantes do VII Encontro entendem que é fundamental a aproximação entre universidades e comunidades, de forma que as pesquisas gerem benefícios mútuos e de larga escala. Pesquisadores devem estar comprometidos a ajudar comunidades a se articularem com organizações da sociedade civil, a discutir políticas públicas de interesse dos grupos comunitários e a negociar com órgãos ambientais. Tal aproximação pode ser incentivada e direcionada pelo poder público por meio de abertura de editais de pesquisa, ensino e extensão para projetos que promovam diálogos de saberes tradicionais e acadêmicos, na busca por soluções para a conservação e o uso sustentável de recursos do Cerrado.

**Os povos e comunidades tradicionais do Cerrado seguirão comprometidos com a defesa da conservação do bioma, de seus territórios e de suas tradições, demandando e monitorando políticas públicas e cobrando posicionamentos das diversas esferas de governo de forma a garantir a efetivação de seus direitos.**

**SALVE OS 20 ANOS DA REDE CERRADO!**

**Viva o Cerrado vivo! Viva os povos e comunidades tradicionais do Cerrado!**